

B) ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

AUTORA
LENICE YPIRANGA

Introdução

Caro aluno, a disciplina **Economia Brasileira e Contemporânea** objetiva apresentar dentro de uma perspectiva histórica e político-econômica os principais fatos ocorridos no país a partir dos anos 30 do século passado.

Ao longo da disciplina, faremos um breve retrato histórico dos principais acontecimentos da economia a partir de 1930 quando se inicia o processo de industrialização brasileira até os dias atuais.

Discutiremos também sobre as principais experiências em planejamento econômico, os principais planos econômicos de estabilização ao longo dos anos 80 e 90 e a inserção da economia brasileira no processo de globalização.

O caderno é composto de quatro unidades. Na Unidade 1, discutiremos, em breves linhas, a crise de 1929 e suas repercussões na economia brasileira, com ênfase na análise sobre as origens do processo de industrialização: a clássica interpretação de Furtado sobre as origens da industrialização, e o período 1946-1955, que abrange o fim da Segunda Guerra Mundial e o crescimento industrial no país.

Na Unidade 2, examinaremos o período econômico compreendido entre o Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek no qual houve a aceleração do processo de industrialização no Brasil até o golpe militar de 1964. Descreveremos, nessa unidade, o período conhecido como “milagre econômico” (1967 a 1973) e o II PND (1974-79), ainda no governo da ditadura militar.

Na Unidade 3, apresentaremos o comportamento da economia da década dos 80, com destaque para a crise da dívida externa em 1982 e os planos de estabilização da economia.

Na Unidade 4, mostraremos a evolução da economia nos anos noventa: a mudança de modelo econômico; a globalização da economia; os governos de Fernando Collor de Mello a Luiz Inácio Lula da Silva; os planos de estabilização adotados com destaque para o Plano Real.

Palavras da autora

Embora a economia brasileira esteja entre as maiores do mundo, e sua trajetória tenha sido rica e complexa, infelizmente há muito pouco a se falar dos avanços sociais.

O Brasil é um país rico com muitos pobres e é, antes de tudo, um país injusto. Detém uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo; altos índices de pobreza e miséria da população brasileira.

Compreender a evolução econômica do Brasil, portanto, é de suma importância não apenas para os estudantes nos colégios e universidades, mas também, por todos aqueles que buscam entender

o porquê do nosso país possuir tantas mazelas sociais, apesar de deter tanta riqueza econômica.

Conhecer a história do próprio país, ao menos em suas linhas gerais, é condição indispensável para que se possa entender o presente e refletir sobre ele. Quando se trata, então, de um cotidiano constantemente orientado por ações de natureza econômica e pela divulgação maciça de tais ações, como ocorre no mundo **globalizado** de hoje, essa indispensabilidade é impostergável.

Dessa maneira, é de suma importância a sua participação na disciplina através dos fóruns, das pesquisas a serem realizadas na internet, assim como na leitura e realização das tarefas propostas nesse caderno.

Orientações para o estudo do caderno

O conteúdo da disciplina estará na coluna áurea e na coluna à margem vocês encontrarão um aviso para participarem dos exercícios a serem desenvolvidos em cada unidade que estarão postadas na sala de aula virtual, solicitando do aluno a realização de atividades que exijam dele saber mais, extrapolar o conteúdo e apresentar uma nova forma de conhecimento ou uma produção criativa.

O caderno didático da disciplina **Economia Brasileira e Contemporânea**, caros alunos, adota uma perspectiva histórica sobre o processo de industrialização brasileiro e sobre a evolução da economia brasileira a partir dos anos 30 do século passado até o momento atual. Busca, ainda, com essa perspectiva, auxiliá-lo na aplicabilidade da teoria econômica em relação à economia brasileira.

Para atingir esse objetivo, ao longo das unidades de estudo, estaremos em contato com diversos conceitos da teoria econômica, alguns desses já estudados na disciplina de **Introdução à Economia**, porém, outros ainda necessitam ser explicados e assim serão. Por isso, ao estudar a disciplina no ambiente virtual e no caderno, você terá a oportunidade de relembrar conceitos econômicos e/ou aprender novos conceitos aplicados à economia brasileira e contemporânea.

Além disso, em cada unidade serão apresentadas várias tarefas que incluem pesquisas complementares aos assuntos abordados; a elaboração de resumos (sínteses); a participação dos alunos em fóruns e grupos de discussão; e a apresentação aos alunos de sugestões de temas a serem estudados no ambiente entre outras.

Como este material elaboramos, no ambiente virtual (na sala virtual da disciplina), **leituras** recomendadas mostrando a relação de bibliografia, bem como sugestão de consultas a serem realizadas na internet, via *sites* do IBGE, Banco Central, etc. para melhor aprofundamento dos tópicos das unidades de estudo.

Ementa

A experiência brasileira de planejamento. A crise do modelo de substituição de importações. O milagre econômico pós-64. A crise do petróleo e seus efeitos na economia brasileira: inflação e dívida externa. A estagnação econômica dos anos 80 e a persistência inflacionária. Os planos econômicos do Governo Sarney. O plano Collor: desregulamentação, abertura comercial, recessão, inflação e competitividade industrial. O Plano Real e a estabilização da economia. A globalização da economia e seus efeitos na economia brasileira.

Objetivos de ensino-aprendizagem

1. Mostrar a trajetória da economia brasileira a partir dos anos trinta do século XX, até o período atual.
2. Descrever a ruptura do modelo agrário-exportador para adoção do modelo urbano-industrial;
3. Analisar o processo de substituição de importações;
4. Avaliar o crescimento econômico da década de cinquenta;
5. Descrever a política econômica dos governos militares;
6. Analisar a saga dos planos de estabilização da economia;
7. Analisar criticamente a posição do Brasil diante do processo de globalização da economia internacional.

1

As origens da industrialização brasileira

Síntese:

Nesta unidade discutiremos as origens da industrialização brasileira até o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54). Mostraremos durante a discussão um período histórico da economia brasileira que se inicia quando há uma mudança do eixo da acumulação interna no campo para as cidades, dos espaços rurais para os urbanos.

1.1 A crise de 1930 e o avanço da industrialização no Brasil

Até a República Velha (1890-1930), a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho das exportações. Na época, os produtos exportados se traduziam em poucas **commodities** agrícolas, notadamente o café plantado na região Sudeste, o que caracterizava a economia brasileira como primário-exportadora. Com efeito, o bom desempenho das exportações desse produto, dependia das condições do mercado internacional, sendo a variável-chave, nessa mesma época, o preço internacional do café.

Quando ocorreu a crise mundial de 1929 a cafeicultura brasileira - principal fonte de divisas estrangeiras do país - encontrava-se em uma situação extremamente vulnerável; a produção crescera além da capacidade de absorção do mercado consumidor. Ademais, a atividade econômica nos principais países importadores do café brasileiro estava em queda devido à **depressão** econômica que assolava esses países. Como consequência, as vendas externas do café caíram drasticamente, afetando nossa principal fonte de dinamismo econômico.

A reação do governo brasileiro à crise externa de 1929 foi no sentido de agilizar políticas econômicas com vistas a amenizar o impacto negativo sobre a balança comercial brasileira, conforme destaca Baer (2006, p.54),

A Depressão da década dos 30 causou um impacto negativo sobre as exportações brasileiras, cujo valor caiu de US\$ 445,9 milhões, em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932. [...] o Brasil também foi o primeiro país da América Latina a introduzir o controle de câmbio e outros controles diretos que, combinados com a desvalorização da moeda, que aumentava o preço das importações, geraram uma queda no valor das importações de US\$ 416,6 milhões em 1929, para US\$ 108,1 milhões em 1932.

A Grande Depressão Econômica de 1930 é considerada, portanto, como o principal vetor de impulso ao processo de consolidação da produção industrial brasileira.

Para se entender o parágrafo acima precisamos relatar que a crise econômica mundial da década dos 30 teve, sim, como reflexos, no Brasil, a perda de dinamismo econômico do setor produtor de café, principal fonte de divisas externas do Brasil. Em função desse fato, os bens manufaturados que antes eram importados pela indústria brasileira passaram a ser produzidos internamente através de um

Commodities - Palavra inglesa que significa mercadoria, mas no mercado financeiro é utilizada para indicar um tipo de produto, geralmente agrícola ou mineral, de grande importância econômica internacional porque é amplamente negociado entre importadores e exportadores. Existem bolsas de valores específicas para negociar commodities. Alguns exemplos de commodities seriam: café, algodão, soja, cobre, petróleo.

Depressão de 1929 - A Grande Depressão de 1929-33 foi o período histórico de maior redução do nível da atividade econômica em quase todos os países do mundo, com exceção da União Soviética.

modelo econômico que ficou conhecido na literatura como processo de **substituição de importações** - PSI. Isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país a partir das primeiras políticas governamentais de incentivo à produção interna, principalmente das políticas **cambiais** e tarifárias.

Tudo isso aconteceu após a Depressão dos anos 30. Ela marcou o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial que só se concretizaria a partir de 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superaria a da agricultura.

O governo de Getúlio Vargas, que tomou o poder com a Revolução de 30, passou a adotar já em 1931, algumas medidas em defesa do café brasileiro, como por exemplo, a forte desvalorização da moeda nacional entre 1930 e 1934.

Essa desvalorização da moeda nacional e a defesa do café constituíram bons estímulos para o início do dinamismo industrial com foco na política de substituição de importações. A indústria nascente passou, então, a liderar o crescimento econômico a partir de 1933, com taxas médias anuais de cerca de 9% ao longo do restante da década de 30.

Desta forma, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico baseado nas exportações cafeeira encerrou-se com o advento da crise de 1929.

Com efeito, a construção de uma importante etapa do capitalismo industrial brasileiro realizou-se a partir da década dos 30. Ademais, coube ao primeiro governo Vargas administrar essa transição da ordem agroexportadora para a era urbano-industrial.

1.2 A clássica interpretação de Furtado sobre as origens da industrialização

Conforme demonstrou Celso Furtado (1970), o grande impulso industrial brasileiro a partir de 1930 deveu-se a dois fatores: em primeiro lugar, à elevação dos preços dos produtos importados, devido à absoluta carência de divisas estrangeiras (as exportações brasileiras caíram pela metade nos anos 30 quando comparadas com as dos anos 20 devido à depressão mundial), tornando viável e lucrativa a produção interna de muitos desses bens.

Como os preços dos produtos importados no país se elevaram, abriu-se um leque de oportunidades altamente lucrativas para investimentos industriais, especialmente em um momento em que os

Substituição de importações

- Conceito elaborado por economistas da Cepal para designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial.

Regimes cambiais -

Representa o conjunto de regras ou o “modus operandi” do mercado de câmbio dos diferentes países ou em diferentes períodos de tempo. Pode-se classificar o regime cambial em três categorias: i) regime de câmbio flutuante, em que a taxa é determinada pelo mercado; ii) regime de câmbio fixo, em que a taxa é determinada pelo Banco Central, por meio da compra e venda de divisas no mercado; iii) regime misto (ou de bandas cambiais), em que a taxa pode variar dentro de determinados limites estabelecidos pela política econômica do país.

preços dos produtos importados haviam subido fortemente devido à carência de divisas.

Ademais, houve a utilização da capacidade ociosa presente nas empresas brasileiras nesse período. O setor industrial brasileiro concentrava-se basicamente na produção de bens de consumo que exigiam máquinas e equipamentos comuns, destacando-se as indústrias alimentícias, farmacêuticas, metalúrgica, artigos de higiene e limpeza, perfumaria, entre outras.

O outro fator, segundo Furtado (1970), deveu-se à manutenção da **demanda agregada** interna graças às compras, pelo Estado, de café para ser estocado e depois queimado. Em vez de se deixar o café sem compradores no pé, ou apenas derrubá-lo no chão, o que pareceria à primeira vista mais lógico, o Estado comprou o café.

Colher o café para depois queimá-lo tinha uma virtude básica: sustentava o nível da demanda agregada, ou seja, mantinha os trabalhadores empregados; evitava que as empresas fossem à falência e mantinha o nível de consumo e mesmo de investimento. Verificou-se, então, que o nível de demanda interna se manteve intacto durante a vigência da crise de 1929, porque o governo de Getúlio Vargas assumiu o controle da compra e da destruição dos excedentes de café. Com esta atitude, cresceu a possibilidade do café continuar a ser colhido, garantindo-se um preço mínimo de compra para o mesmo e mantendo-se o nível de emprego na economia exportadora e nos setores produtores ligados ao mercado interno.

Furtado (1970) expõe as causas para tal atitude, afirmando que o valor do produto que estava sendo destruído era muito inferior ao montante de renda que estava sendo criado. Deste modo, os investimentos não se destinavam a aumentar a produção, mas sim manter o nível de emprego e de demanda agregada. Visando manter a renda do setor cafeeiro, o governo impulsionou a demanda para os produtos industriais, que tiveram, a partir desse momento, o papel de substituir as importações dos bens manufaturados.

Coube ao Estado a tarefa de guiar todo esse processo de transformação econômica no país, mobilizando os recursos externos e internos, criando incentivos à produção doméstica, apoiando a indústria nacional, buscando ao mesmo tempo atrair os investimentos externos necessários.

Dessa forma, sob o impacto deste conjunto de políticas, observou-se a incorporação dos principais atores da ordem capitalista em formação: empresários e trabalhadores industriais.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a atitude do governo manteve-se idêntica àquela adotada imediatamente após a crise de 1929,

Demanda agregada -

Quantidade total de bens e serviços demandados numa economia por certo período. Os bens e serviços de consumo e de investimentos demandados pelos setores privados, público e externo.

ou seja, foi preservada tanto a renda do setor cafeeiro quanto a demanda interna para os produtos industriais.

A intervenção econômica, iniciada em 1930, cresceu durante o Estado Novo (1937-45). Mesmo que não houvesse um plano de governo, no moderno sentido da palavra; o governo deixava claro seu projeto industrializante em prol da diversificação do setor primário e das exportações.

Desta forma, como reação à crise do setor externo à deflagração da Segunda Guerra Mundial e apoiado na centralização do poder estatal surgiu com espantosa rapidez todo um arcabouço de instituições de regulação e controle das atividades econômicas do país, que serviria efetivamente de base para a consolidação do Estado capitalista no Brasil.

Vários órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional foram criados no período, entre eles: o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE); o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF); a Coordenação de Mobilização Econômica (CME); o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão do Planejamento Econômico (CPE).

Apesar da existência de tais órgãos de planejamento, não se pode atribuir a este período a geração de um projeto de industrialização articulado e definido. Porém, como resultado prático de intervenção estatal no setor industrial neste período, citamos a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1942; a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1940; a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1943; e a criação da Companhia Nacional de Álcalis, em 1944.

1.3 O período 1946-1955: o fim da guerra e o crescimento industrial

Durante a Segunda Guerra (1939-1945), as importações ficaram restritas, uma vez que a produção dos países envolvidos no conflito foi direcionada para o setor bélico, o que proporcionou um acentuado acúmulo de divisas estrangeiras para países como o Brasil. Terminada a guerra, porém, imediatamente ocorreu a expansão das importações motivadas pelos anos em que a demanda interna esteve reprimida. Em função desse fato, as reservas de divisas estrangeiras acumuladas durante o conflito foram desperdiçadas em importações supérfluas.

No entanto, apesar deste desperdício inicial, o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950) aproveitou boa parte dessas divisas e iniciou a reestruturação da indústria nacional, dando o impulso para uma nova etapa de crescimento industrial e de desenvolvimento para a economia brasileira.

O presidente Dutra, no início do seu governo, tinha a intenção de

apoiar as concepções norte-americanas de uma nova ordem econômica internacional fundada nos parâmetros do liberalismo universal e ilimitado – do comércio internacional, dos capitais, das empresas e das finanças.

A crença de que o liberalismo atrairia significativo fluxo de investimentos diretos estrangeiros para nosso país moldou também os regimes tarifário e cambial no início do governo Dutra. Mas, logo se percebeu o erro das medidas econômicas adotadas.

Dessa maneira, decorrido pouco mais de um ano da posse do General Dutra e de suas propostas para a política econômica externa, as autoridades se viram obrigadas a proceder a sensíveis modificações, posto que as moedas conversíveis - sobretudo os dólares norte-americanos - haviam sido gastas.

Assim, em 1947, para fazer face ao déficit do comércio exterior foi implantado no país um sistema de controles cambiais e de importações no qual os bancos autorizados a operar em câmbio eram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio livre à taxa oficial de compra.

Em 1948 foi adotado pela primeira vez um sistema de contingenciamento das importações baseado na concessão de licenças prévias para importar de acordo com as prioridades do governo. Como resultado desse controle houve um relativo crescimento da indústria no pós-guerra, principalmente as indústrias de bens de consumo duráveis, como por exemplo, as indústrias de aparelhos eletrodomésticos.

No governo Dutra houve, também, a primeira tentativa de intervenção planejada com vistas ao desenvolvimento econômico com o Plano SALTE que visava a saúde, a alimentação, o transporte e a energia. Tratava-se de um programa de gastos públicos nesses quatro campos, a ser executado no período de 1950 a 1954. O plano, no entanto, não durou mais do que um ano em razão de problemas de implementação e sérias dificuldades financeiras para fomentá-lo.

Em 1953 a conjuntura econômica brasileira estava completamente dominada pelo colapso cambial, iniciado em 1952. Nesse ano, a Instrução nº.70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), antecessora do Banco Central, criou o sistema de leilões de câmbio, mantendo as dificuldades para a importação de bens de consumo, o que favoreceu as importações de bens de capital.

Verificou-se que a taxa média anual de crescimento do produto, que durante a Segunda Guerra foi de 4,7%, nos cinco anos seguintes subiu para 7,3%; manteve-se ainda em um nível elevado de 5,7%, entre 1951 e 1955. O produto per capita também apresentou um crescimento de 3,5% nestes dez anos (BREISSER PEREIRA, 1985).

A continuidade desse crescimento exigia, no entanto, aprofundamento da estrutura industrial; a entrada da chamada industrialização pesada, ou seja, a diversificação da atividade industrial, com a criação de novos segmentos produtivos nacionais. A economia brasileira começou a enfrentar problemas no que tange à oferta de bens de capital e de infraestrutura, o que representava relevantes gargalos para a continuidade do desenvolvimento industrial do país.



Vá ao ambiente virtual e realize as atividades referentes a esta unidade.

2

Do Plano de Metas ao golpe militar de 1964

Síntese:

Nesta unidade descreveremos, em primeiro lugar, a importância do Plano de Metas para a economia brasileira, que consistiu numa proposta de Juscelino Kubitschek de transformar o país -“cinquenta anos em cinco”, resultando na aceleração do processo de industrialização no país. Num segundo momento, o texto focará no período da história econômica que vai do início dos anos 60 quando Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil até o golpe militar em 1964.

Termos de intercâmbio ou termos de trocas -

Relação entre os preços de exportação e os preços de importação de um país. O índice que mede esta relação, geralmente calculado por meio dos índices dos preços das exportações e das importações, reflete a posição de cada país em termos de seu poder de compra em âmbito internacional. Se os preços das exportações sobem mais rapidamente (ou caem mais devagar) que os preços das importações, diz-se que há um aumento ou melhora nas relações de troca. Quando ocorre o inverso, isto é, quando os preços das importações sobem mais (ou diminuem menos) há uma queda na relação de trocas, também denominada “deterioração das relações de troca”.



Foto 1: Palestra de Juscelino Kubitschek no Clube Militar. Fonte: Silva [s.d.].

2.1 De JK (1956 a 1961) à crise nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-63)

O Governo de Juscelino Kubitschek caracterizou-se pelo integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento. “Em termos de setor externo, as maiores preocupações giravam em torno da deterioração dos **termos de intercâmbio** verificadas desde 1954 com a queda nas exportações de café”. (COELHO; SARAIVA, 2004, s.p.)

Dessa forma, a possibilidade de compensar o declínio das exportações tradicionais e a manutenção da taxa de investimentos, necessária ao processo de substituição de importações, dependia da entrada líquida de capitais autônomos no país.

Esses capitais autônomos referem-se aos capitais externos oriundos de outros países e aplicados em países em desenvolvimento como o Brasil, destinados a complementar o nível de investimentos na economia daqueles países.

Nessa perspectiva, o Governo de Juscelino procurou atrair para o Brasil esses capitais estrangeiros, tanto privados quanto públicos. Dessa maneira, para facilitar a entrada dos primeiros, o governo estabeleceu uma política cambial extremamente favorável, permitindo movimentos absolutamente livres de entrada e saída. (SILVA, 2003, s.p.).

Em 1956, o governo de Juscelino Kubitschek lançou o Plano de Metas.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek tinha como diretriz expandir a indústria de base estimulando os investimentos privados nacionais e estrangeiros, e a

abolição dos **pontos de estrangulamento** da economia por meio de investimentos estatais em infraestrutura: transportes; ferrovias; rodovias; energia nuclear; energia elétrica; carvão mineral; petróleo. (MEHL, 2002, p.5).

Dessa maneira, propicia a entrada das empresas multinacionais, à procura de matéria-prima, insumos e mão-de-obra barata.

As principais ações desse plano centravam-se em: a) aumento da produção e refino de petróleo; b) aumento da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica de base hidráulica (Furnas e Três Marias); c) construção e asfaltamento de rodovias; d) ampliação da capacidade de produção siderúrgica de laminados planos; e) ampliação da capacidade produtiva nos setores de química pesada, vidro, borracha e outros bens intermediários; f) implantação da indústria automobilística; g) fortalecimento da indústria mecânica e de material elétrico.

O Plano de Metas contou com os seguintes instrumentos de política fiscal: altas tarifas para as importações; adoção da lei do similar nacional e um a instituição financiadora da indústria, em geral, realizada pelo então, BNDE (atualmente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). (MATESCO, s.d., p.101-102).

Este crescimento industrial foi intenso, mas gerou uma assimetria entre os investimentos realizados nos setores de infraestrutura e bens de capital e aqueles realizados nos setores de bens de consumo manufaturados.

Os principais ramos industriais que surgiram neste período foram: o automobilístico; o de construção naval; o de material elétrico e o de máquinas e equipamentos. Paralelamente, houve a expansão da indústria siderúrgica, química pesada, petróleo, papel e celulose e a de metais não ferrosos.

O Plano de Metas gerou um crescimento médio anual do PIB de 6%, sendo o crescimento industrial de 11%. Estas taxas resultaram da política econômica de cunho desenvolvimentista do governo JK e do afluxo de capitais externos da qual foi beneficiada a economia brasileira. A política desenvolvimentista também agiu no sentido de dinamizar o setor industrial privado nacional, através de incentivos fiscais e concessão de crédito subsidiado.

O capital privado nacional recebeu um volume considerável de incentivos para atuar na indústria de bens de capital e nos setores fornecedores das empresas transnacionais, citando-se, por exemplo, o caso da indústria automobilística transnacional e o setor fornecedor de peças fundamentado na indústria de capital nacional. Ao capital privado nacional coube, também, aos

Pontos de estrangulamento (gargalos) - Qualquer obstáculo que diminua, freie ou mesmo impeça o crescimento, até os níveis desejados, do fluxo de produção. Um ponto de estrangulamento óbvio ocorre na agricultura, em que uma demanda mais elevada de produtos agrícolas só encontra resposta ou maior oferta depois de preparada a terra, plantada e colhida a safra (conforme o cultivo, esse processo pode durar vários anos).

investimentos em setores não manufatureiros, como o da construção pesada. Além disso, o capital privado nacional se viu beneficiado da expansão da demanda derivada por bens de consumo não duráveis (SERRA, 1982).

Além do apoio ao capital privado, o Estado assumiu um caráter empresarial. Dentre suas principais atividades, merecem destaque especial a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional e a criação de mais três companhias produtoras de aço, bem como a expansão da PETROBRÁS e o setor estatal de produção elétrica, com a criação do sistema ELETROBRÁS.

Para completar o “tripé” (Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro), às empresas transnacionais coube a implantação no país de indústrias que exigissem maior complexidade tecnológica e possibilitasse um considerável volume de economia de divisas internamente.

Desta maneira, surgiram no Brasil a partir da utilização do investimento direto do capital estrangeiro, a indústria automobilística, a indústria naval, a indústria de mecânica pesada, entre outras. Portanto, este “tripé” foi o responsável pela consolidação da indústria no Brasil. Como principal característica do Plano de Metas cita-se o fato de que representou um projeto nacional de industrialização ancorado pelo Estado, cuja base de sustentação era dada pelo setor de bens de consumo duráveis, principalmente por parte da indústria automobilística, que saiu praticamente de um nível de produção zero em 1955 para uma produção de 133.078 veículos, em 1960 (BRESSER PEREIRA, 1985 apud SANTOS JUNIOR, 2004, p.24-26).

Nesta etapa do capitalismo, no Brasil, verifica-se que a industrialização, antes não induzida, mas motivada por estrangulamentos externos, encontrou um projeto de orientação estatal, fundamentado em uma ideologia desenvolvimentista e industrializante.

O crescimento do produto verificado no período resultou, portanto, da concentração de esforços e da definição de prioridades, no sentido de preencher as lacunas da cadeia produtiva, concretizando-se um sistema industrial integrado que superou os gargalos nos setores produtores de bens de capital e insumos. Como resultado final, ainda que a estrutura industrial, depois do plano, apresentasse algumas falhas, verificou-se que o Brasil da década de 1960 podia ser considerado como um país industrial.

Após o fim do período referente ao Plano de Metas e com o Brasil já contando com uma estrutura industrial organizada verticalmente, o país enfrentou sua primeira crise de baixo crescimento oriundo do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituições de importações.

Três fatores básicos podem ser apontados como intensificadores da crise: a maturação dos volumosos investimentos realizados nos anos do Plano de Metas; as políticas econômicas de caráter recessivo que foram implementadas primeiramente pelo governo democrático

de João Goulart e posteriormente pelo governo militar de Castelo Branco; e, antes disso, a crise política que assolou o Brasil após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até o golpe militar de 1964.

Quanto ao primeiro aspecto, verificou-se no período referente ao Plano de Metas uma intensa concentração dos investimentos no tempo. A partir do momento que a fase de maturação destes investimentos foi alcançada, a capacidade instalada tornou-se subutilizada, uma vez que a oferta global da economia estava acima da demanda agregada existente. (SANTOS JUNIOR, 2004, p.25-27).

A queda na demanda do setor produtor de bens de capital e insumos intermediários deveu-se

[...] ao fato de que a expansão obtida pelo setor produtor de bens duráveis, no período anterior, já havia atendido à demanda reprimida pelos estrangulamentos externos que haviam motivado a substituição de importações. O mesmo se passou com o setor de bens não-duráveis. (SANTOS JUNIOR, 2004, p.27).

Com efeito, observa-se nestes anos uma redução generalizada da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo na economia, sendo intensa também a redução no nível de investimento das empresas privadas e, de forma ainda mais expressiva, a redução no nível de investimento das empresas estatais. Por exemplo, a capacidade ociosa da indústria automobilística, em 1960, ficou estimada em 50% (SERRA, 1982). O super dimensionamento dos investimentos verificado nestes anos ocorreu porque o tamanho do mercado interno brasileiro exigia uma considerável escala mínima de produção. (SANTOS JUNIOR, 2004, p.27-28).

Além disso, havia a esperança dos anos de otimismo oriundos do Plano de Metas de que a demanda continuasse em expansão; ademais as empresas estrangeiras, que se instalaram aproveitando os benefícios dos subsídios e incentivos fiscais, trataram de garantir futuros mercados consumidores para seus produtos. Todos estes fatores impulsionaram a realização dos investimentos acima das possibilidades de absorção por parte da demanda interna. Em relação ao segundo aspecto, durante o Plano de Metas, houve a aceleração do processo inflacionário, devido ao financiamento dos gastos públicos via emissão monetária, além de déficits no Balanço de Pagamentos. Estes desequilíbrios exigiram do governo a adoção de políticas que protegessem a estabilidade econômica.

O terceiro aspecto está associado ao conturbado período político pelo qual passou a sociedade brasileira no início da década de 1960. Primeiramente, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, no sétimo mês de seu governo e, posteriormente, com a posse de João Goulart. (SANTOS JUNIOR, 2004, p.28).

A posse do vice-presidente João Goulart só foi possível com as limitações que lhe foram impostas pelo regime parlamentarista, resultado do veto dos militares. Assim, de setembro de 1961 até janeiro de 1963, houve três gabinetes parlamentares que, diante do quadro de indefinição política, não conseguiam adotar nenhuma política econômica consistente.

No final de 1962, no governo de João Goulart, foi apresentado por Celso Furtado, ministro extraordinário para assuntos de desenvolvimento econômico, o Plano Trienal, uma resposta política do governo à aceleração inflacionária e à deterioração econômica externa, que objetivava dar continuidade ao desenvolvimento do País. Mais uma vez foram usadas as políticas de contenção de gastos públicos e de liquidez. (O PLANO..., s.d., p.2).

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que serviria de diretriz da política econômica no restante do mandato (1963 a 1965) tinha por objetivo acelerar o desenvolvimento econômico e a rápida estabilização dos preços. Elaborou-se então um plano de ações antiinflacionárias, bastante ortodoxo, cujas medidas concentraram-se na contenção de gastos públicos e na liquidez. Não obstante essas medidas adotadas, as reivindicações tornaram-se freqüentes tanto do lado dos sindicatos dos trabalhadores quanto da base de apoio do governo, com a recusa dos assalariados em suportar mais uma vez o peso do ajuste antiinflacionário.

A tentativa de estabilização fracassou e provocou crescimento negativo do PIB per capita: a economia cresceu 6,6% em 1962, mas apenas 0,6% em 1963, com inflação anual de 83,25%.

Com efeito, em 1963, os conflitos sindicais e político tornaram-se mais acirrados, houve o desmoronamento da política interna e externa do governo democrático eleito, inviabilizando, portanto, qualquer tipo de política de gestão econômica mais articulada. Como resultado, as taxas mensais de inflação se elevaram. O fim do governo ocorreu com o golpe militar de 1964.

No Quadro 1 apresenta-se uma análise comparativa entre os indicadores macroeconômicos dos governos JK(1956-60) e Jânio-João Goulart (1961-1963). Nota-se que a economia brasileira cresceu embalada pelos vultosos investimentos do Plano de Metas de JK. Com exceção das exportações que apresentaram um crescimento negativo, todos os demais indicadores macroeconômicos destacaram-se durante o governo JK.

Quadro 1– Economia Brasileira: síntese de indicadores Macroeconômicos-1956-1963(médias anuais por período).

Indicadores	1956-60	1961-63
Crescimento do PIB (% a .a)	8,1	5,2
Inflação (IGP dez./dez.,% a .a)	24,7	59,1
FBCF (%PIB a preços correntes)	16,0	15,2
Tx. de cresc. das exportações de bens (US \$ correntes, % a.a)	-2,3	3,5
Tx. de cresc. das importações de bens (US \$ correntes, % a.a)	3,2	0,0
Balança Comercial (US\$ milhões)	125	44
Saldo em conta-corrente (US\$ milhões)	-290	-296
Dívida externa líquida /exportações de bens	1,9	2,4

Fonte: Giambiagi et al (2005).

Não obstante a boa performance desses indicadores, não podemos afirmar uma superioridade de gestão macroeconômica do governo JK em relação aos governos que o seguiram, uma vez que existe efeitos defasados associados à política econômica. Por exemplo, o aumento da taxa de inflação e da razão dívida externa/exportações no período 1961-63 foi em grande medida herdado dos anos JK.

A desaceleração do PIB nos governos Quadros e Goulart pode em parte ser vista também como um legado do período anterior. Com efeito, essa perda de dinamismo da economia é resultado em grande medida do término do grande bloco de investimentos associado ao Plano de Metas, mas também, das tentativas de estabilização nos dois governos que sucederam a Juscelino dado que a inflação tornou-se o objeto de preocupação daqueles governos (GIAMBIAGI et al, 2005).

2.2 O golpe Militar de 1964

Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder, depondo o então presidente João Goulart e instituíram no país uma ditadura militar.

Durante 20 longos anos, o país estaria subordinado à lógica do regime militar que assumiria, logo de início, um discurso desenvolvimentista comprometido com a retomada do crescimento econômico.

O golpe militar de 1964 fez as reformas bancárias e do mercado de capitais, criou o Banco Central, lançou o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e abriu caminho para o crescimento que viria a seguir.

Giambiagi et al (2005, p.71) ressalta o panorama da economia brasileira herdado pelos militares no início dos anos 60:

Depósito compulsório

- Dispositivo de política monetária utilizado pelo Banco Central quando deseja reduzir a liquidez do sistema e/ou restringir a capacidade de expansão de crédito do sistema bancário. Consiste em estabelecer uma taxa de depósitos compulsórios que cada banco deverá efetuar junto ao Banco Central. Esses depósitos estão relacionados aos empréstimos que se realizam e aos depósitos que são obtidos, sendo que tais depósitos compulsórios não proporcionam juros para o banco depositante.

Ao longo de 1963 e até o início de 1964, a economia brasileira operou em verdadeiro estado de ‘estagflação’ - estagnação da atividade econômica, acompanhada de aumento da inflação. Após um crescimento real médio de 8,8% ao ano no período 1957-62, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,6% em 1963, enquanto a inflação (medida pelo IGP) elevou-se da média de 32,5% ao ano naqueles anos para 79,9% em 1963. Esse era o cenário a ser enfrentado pela política econômica no início do governo Castello Branco.

O período da economia brasileira compreendido entre 1964-67, no governo militar de Castelo Branco, foi caracterizado pela operacionalização de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), e de importantes reformas estruturais do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado.

Essas reformas permitiram que vários aspectos institucionais, relativos à estrutura de financiamento da economia, fossem alterados.

A estrutura de financiamento consistiu na forma específica pela qual a economia financeira seus gastos (públicos e privados), a natureza da atividade de intermediação financeira e a solidez e natureza da moeda nacional.

Foram criadas:

- uma nova forma de financiamento do setor público através da reforma tributária, com a criação de fundos **compulsórios** e criação de novos títulos públicos;
- novas formas de financiamento privado e intermediação: reforma bancária;
- uma âncora para sustentar a moeda: a **correção monetária** e
- reformas institucionais que tornaram possíveis essas alterações e as sintetizaram: os Atos Institucionais e a Constituição de 1967.

O Plano de Ação Econômico do Governo (PAEG) buscava, principalmente, interromper a escalada inflacionária que, se mantida, a projeção do primeiro semestre de 1964 ultrapassaria os 100% a.a.. Para tanto, previa-se um programa “desinflacionário” e uma série de reformulações emergenciais da legislação econômica e, sobretudo, da Lei Salarial.

Os formuladores desse plano, os economistas Roberto Campos e Octávio Gouvea de Bulhões, instituíram um instrumento de preservação de valor para estimular o crédito que se transformou, com o passar dos anos, em veneno inflacionário: a correção monetária.

Títulos públicos

- Os títulos públicos são ativos de renda fixa que se constituem em boa opção de investimento para a sociedade. Os títulos públicos possuem a finalidade primordial de captar recursos para o financiamento da dívida pública, bem como para financiar atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infraestrutura.

Correção monetária

- Consiste num mecanismo de reajuste periódico de certos preços na economia pelo valor da inflação passada, de modo a compensar a perda do poder aquisitivo da moeda. Os índices de correção monetária são calculados de acordo com a taxa oficial de inflação, tendo por objetivo compensar a desvalorização da moeda.



Foto 2: Castelo, Bulhões e Campos: pensamento liberal dos economistas do Rio de Janeiro deu o tom do primeiro governo no período dos generais. Fonte: Sá (2004).

Esperava-se que, a partir do programa “desinflacionário” e das alterações na legislação econômica, a inflação estivesse controlada em dois anos (até o final de 1965).

Além da criação do Banco Central, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), o governo militar regulamentou a remessa de lucros para o exterior, realizou a reforma do sistema financeiro, bem como organizou o mercado de capitais.

A política econômica adotada no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha por objetivo combater a inflação, reduzir o déficit fiscal, e controlar a expansão do crédito na economia. Para consecução de tal objetivo, usou do poder autoritário para conter os reajustes dos salários nominais dos trabalhadores assalariados reprimindo, dessa forma, a reação dos sindicatos.

O diagnóstico da inflação explicitado pelo PAEG supunha que o crescimento excessivo da demanda agregada era a sua causa essencial, configurando, assim, uma **inflação de demanda**. Os fatores específicos que suscitavam esse comportamento da demanda residiriam no desequilíbrio orçamentário (déficit fiscal) e na expansão do crédito (impulsionada pelo Banco do Brasil, misto de autoridade monetária e banco comercial), secundados pelo movimento dos salários nominais.

Como resultado da implementação do PAEG, a inflação foi reduzida de 90%, em 1964, para 39,5%, em 1966 (SERRA, 1982), à custa da retração econômica até 1967.

Em 1966, foi iniciada a reforma fiscal que passou a vigorar no ano seguinte. O principal objetivo dessa reforma consistia na elevação do esforço fiscal para eliminar o **déficit público** e permitir a adoção de renúncias fiscais para estimular os investimentos produtivos em setores considerados estratégicos e, por conseguinte, o crescimento da economia.

Em função da redução dos gastos e da elevação da **carga tributária**, o **déficit fiscal primário** do governo (incluindo governo federal, estados e municípios) foi reduzido de 5% do PIB em 1963 para 2,3% na média

Inflação de demanda

- Refere-se ao excesso de demanda agregada, em relação à produção disponível (oferta agregada) de bens e serviços.

Déficit público

- representa a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício. Valor que o Governo gasta acima do que arrecada, durante um período de tempo, considerando-se os valores nominais, ou seja, somando a inflação e a correção monetária do período. Geralmente a expressão diz respeito ao Governo Federal, mas pode ser aplicada também aos governos estaduais.

Carga tributária - É o esforço fiscal do governo. O montante de impostos arrecadados no país. A carga é medida em percentual do PIB. No Brasil, a arrecadação de impostos representa cerca de um terço das riquezas produzidas no país.

Déficit primário - Valor gasto pelo Governo e que excede o valor de sua arrecadação, sem levar em consideração a despesa realizada com o pagamento dos juros da dívida pública.

durante o período de 1964-1967, sendo transformado em um superávit de 1,4% do PIB, em média, no período 1968-1967 (GIAMBIAGI et al, 2005).

As reformas realizadas pelo governo militar constituíram-se nos principais pilares institucionais para o período de crescimento econômico na economia iniciado em 1967 e que perdurou até meados de 1973. Porém, outros fatores contribuíram para tal fato, como por exemplo, a prosperidade da economia mundial nestes anos, que permitiu o acesso ao abundante crédito externo, ou seja, possibilitou o endividamento do país, e aumentou o espaço para a diversificação e o crescimento das exportações brasileiras.

2.3 O “milagre econômico” (1967 a 1973)

O que se convencionou chamar de milagre brasileiro foi um período de intenso **crescimento do PIB** (produto interno bruto) e da produção industrial entre 1968-1973.

A economia brasileira na década de 1970, no país, apresentou elevadas taxas de crescimento econômico apesar do primeiro choque do petróleo em 1973, que representou um marco para o país, pois encerrou um período longo de crescimento iniciado no pós-guerra mundial.

Durante o milagre econômico, a economia brasileira se caracterizou por uma **política monetária** expansiva e por um extraordinário crescimento econômico da atividade econômica (média anual de 11,1%). Houve, também, uma gradual redução da taxa de inflação e do desequilíbrio externo.

Neste período, podem ser observadas algumas mudanças na política econômica, valendo ressaltar a redução das tarifas de importação (que continuavam elevadas, até esse período) e a criação de estímulos cambiais, fiscais e creditícios às exportações. Por causa dessas mudanças, as exportações elevaram-se, sobretudo as de manufaturados.

O motor do crescimento industrial na economia, entre 1967 e 1973, caracterizou-se pelo setor de bens de consumo durável cuja taxa de crescimento alcançou 22% ao ano, impulsionada, principalmente pela expansão do crédito direto ao consumidor final.

Uma vez recuperada a demanda para os bens de consumo duráveis, ocorreu a reativação da demanda para os setores produtores de bens de capital e insumos intermediários. Associadas a este fato, as condições tanto ao nível externo do mercado consumidor dos produtos brasileiros, quanto no âmbito interno de fornecimento de crédito, possibilitaram ao setor produtor de bens de consumo não duráveis a expansão da produção desses bens no país como também do incremento de suas exportações.

Crescimento do PIB -

Taxa de crescimento do PIB real por um período de tempo. Variação positiva das quantidades produzidas, num determinado período de tempo.

Política monetária - tipo

de política econômica do governo que atua sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de crédito.

Neste período, foram fomentadas, por exemplo, as exportações de alimentos industriais processados e produtos de vestuário, produtos típicos da indústria de bens de consumo não-duráveis.

Porém, com a elevação da renda interna, ou seja, com o aquecimento da economia, vieram, em seguida, as pressões sobre a capacidade de produção (a oferta) dos setores produtores de bens de capital e insumos intermediários. Por tal fato, dada à insuficiência do setor produtor de bens de capital brasileiro, a demanda foi pressionada pelas importações, gerando déficits crescentes nas contas de transações correntes, os quais foram compensados através do endividamento externo.

Gambiagi et al (2005, p. 95), analisando esse período e a situação posta, coloca:

O crescimento do período de 1968-73 foi também acompanhado de aumento da dependência estrutural da economia brasileira com relação ao petróleo, cuja participação no consumo total de energia primária elevou-se de 34% em 1971 para 40% em 1973. [...] No mesmo período, a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81% (GIAMBIAGI et al, 2005, p.95).

Logo, o período de milagre econômico pode ser considerado como uma fase de crescimento com endividamento externo. Portanto, durante as décadas de 60 e 70, produziram-se políticas deliberadas de concentração de renda, objetivando fortalecer uma classe média capaz de oferecer dinamismo ao mercado interno. O milagre econômico acentuou ainda mais as contradições estruturais da economia brasileira, como por exemplo, sua enorme dependência em relação ao capital internacional (REGO e MARQUES, 2006).

2.4 O período de 1974 a 1980: o II PND

No final de 1973, ocorreu o primeiro “choque do petróleo” dado pela quadruplicação dos preços do petróleo. Diante desse fato, os custos de produção, associados à produção industrial, aumentaram, e os investimentos diretos estrangeiros cessaram em escala mundial.

Entretanto, o capital na forma monetária continuou abundante, pois os recursos antes destinados à produção foram buscar valorização na esfera financeira - os **petrodólares** - o que facilitava a obtenção, por parte dos países em desenvolvimento, de empréstimos internacionais.

No que se refere à economia brasileira, havia um desequilíbrio intenso entre o crescimento da produção de bens de capital e insumos intermediários e o crescimento da produção de bens de consumo duráveis em favor destes últimos.

Petrodólar - Nome dado às divisas (geralmente em dólar) provenientes da exportação de petróleo. O termo difundiu-se em 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) — entidade sob controle árabe — elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril de óleo cru, ocasionando um enorme fluxo de divisas para os Estados exportadores. Mas vários milhões desses petrodólares não encontraram aplicação dentro das limitadas estruturas econômicas de alguns países membros da OPEP e retornaram ao Ocidente, injetados nos bancos e grandes financeiras com sede nos países mais industrializados. Esses recursos constituíram-se na origem da grande liquidez do mercado financeiro internacional, que durou até o fim da década de 70.

Isso gerou a necessidade de se incrementar as importações dos primeiros produtos, de modo que durante o auge do período de crescimento, referente ao milagre econômico, enquanto a produção de bens de consumo duráveis quase dobrou (97%), a produção de bens de capital e insumos intermediários aumentou menos da metade (45%) (SERRA, 1982 apud SANTOS JÚNIOR, 2004, p.31).

O Brasil que já vinha se endividando de forma consistente desde o período do milagre e viu agravar sua situação com a elevação dos preços do petróleo. Ademais, como cita Barros de Castro (1985), não foram poucos os gastos com matérias-primas importadas, superiores até mesmo aos dispêndios com petróleo.

O desequilíbrio nas contas externas significou para o governo um dilema entre o uso de uma política de ajuste (tanto nas contas externas como na inflação que também apresentou ascensão no período), ou uma política de financiamento e continuidade do crescimento econômico. Uma política de ajuste, naquele momento, significaria a adaptação da economia ao novo quadro de desequilíbrio, processo este que exigiria mais controle dos gastos do governo, dos investimentos privados e da disposição de crédito. Já uma política de crescimento continuado teria como condição necessária a existência de recursos no mercado internacional para que fosse possível financiar o volume dos investimentos pretendidos. A aposta do regime militar foi a de expandir o endividamento, acreditando que a situação advinda do aumento dos preços do petróleo fosse conjuntural e transitória, não sendo necessário, portanto, enfrentar os custos recessivos advindos do ajuste. Assim, a partir de 1974, o Brasil fez a opção de crescer com endividamento externo aproveitando-se do crédito internacional barato e apostando na transitoriedade dos efeitos restritivos vindos do exterior. Ressalte-se que os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) depositavam seus superávits em dólares nos bancos europeus e norte-americanos gerando grande massa de capital que procurava valorização financeira. Enquanto a maioria dos países desenvolvidos no mundo adotou uma política econômica restritiva por causa do choque do petróleo na economia, o governo brasileiro formulou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual estava ancorado em volumosos investimentos concentrados nas indústrias de insumos básicos, sendo os mesmos realizados pelas empresas estatais e pela indústria de bens de capital privada nacional.

A estratégia do II PND era a de representar a última etapa de substituição de importações para o Brasil. Para tanto, o plano visava concentrar os investimentos no setor produtor de bens de capital e insumos intermediários, através do investimento privado nacional.

Além disso, buscava-se alterar a matriz energética, ao se reduzir a dependência brasileira em relação ao petróleo e aumentar a produção de energia elétrica. Outro objetivo era o de aumentar a exportação de insumos industriais, minério de ferro, alumínio, aço etc.

Para a consecução destes objetivos, o governo se utilizou, em grande medida, dos empréstimos externos, canalizando estes investimentos via BNDES para as empresas privadas nacionais, que seriam as responsáveis por fomentar a oferta interna de bens de capital. Além disso, este recurso do empréstimo externo servia também para financiar as importações temporárias necessárias para a realização dos investimentos iniciais.

Assim, o setor dinâmico responsável por alavancar o crescimento econômico não foi mais o setor produtor de bens duráveis de consumo fundamentado nas empresas multinacionais, mas sim o setor produtor de bens de capital e insumos básicos (capital estatal e privado nacional).

É importante constatar que as metas pretendidas pelo II PND eram de que a economia crescesse, entre os anos de 1974 e 1979, a uma taxa média anual de 10% - a indústria a 12%, a agricultura a 7%, e as exportações a aproximadamente duas vezes e meia em volume ao conjunto do período. O que se verificou, efetivamente, foi que, entre 1974 e 1981, o PIB cresceu a taxa de 5,4% - a indústria os mesmos 5,4%; e a agricultura a 4,9% (BRESSER PEREIRA, 1985).

Do ponto de vista do incremento das exportações, verificou-se o aumento da diversificação das mesmas, a participação dos produtos manufaturados elevou-se de 23 para 45% do total das exportações do país. Porém, os projetos de exportação de matérias primas se viram afetados de forma contundente pela queda da demanda mundial em meados da década de 1970.

Quanto à substituição de importações dos produtos intermediários, o II PND logrou resultados positivos, principalmente devido aos incentivos recebidos do BNDES e do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), instituição responsável por conceder isenções para as importações de máquinas e equipamentos para o setor privado, e pela ação direta das empresas do Estado. Quanto às mudanças na infraestrutura, verifica-se que alguns dos projetos tiveram longo prazo de maturação, que só apareceram no início dos anos 80. Os exemplos típicos desses projetos referem-se à hidrelétrica de Itaipu, o programa siderúrgico e a construção da ferrovia do aço. Por outro lado se evidenciou ao longo do desenvolvimento do plano a impossibilidade do alcance de determinadas metas de expansão, principalmente a partir de 1976, quando o governo adotou uma política antiinflacionária e o II PND foi parcialmente desativado.

Em síntese, o II PND conseguiu substituir consideravelmente as importações de produtos intermediários e impulsionar a indústria doméstica de bens de capital, porém aumentou o endividamento externo brasileiro, assim como as pressões inflacionárias e a concentração de renda. (SANTOS JÚNIOR, 2004, p.31-34).

Em 1979, com o segundo choque do petróleo, a balança comercial acumulou um déficit de US\$ 4.802 milhões. Para sanar tais dificuldades

no balanço de pagamentos, o Governo brasileiro tentou não somente respaldar a indústria de base e bens de capital como incentivar o programa pró-álcool e o aproveitamento do carvão mineral a fim de reduzir a dependência em relação a fontes externas de energia, em particular do petróleo, do qual o Brasil era um dos maiores importadores do Ocidente.

O governo retomou a política de substituição de importações. Entretanto, o recrudescimento da inflação e o aumento do déficit público, que levaram à redução dos investimentos no final dos anos 70, associados aos problemas cambiais, impulsionaram o desequilíbrio das contas externas.

O Quadro 2 apresenta os principais indicadores macroeconômicos da economia brasileira no período de 1964 a 1978, abrangendo, portanto, um longo período de análise econômica. Nota-se que apesar da **contração monetária** e **fiscal** durante o PAEG, este não conseguiu cumprir com as metas estabelecidas: a inflação (IGP) alcançou 92% em 1964, 34% em 1965 e 39% em 1966, quando as metas do Plano eram, respectivamente, 70%, 25% e 10%. Entre 1968 e 1973, o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo duráveis.

Conforme podemos observar no Quadro 2, a evolução das contas do balanço de pagamentos entre 1974-78 sofreu deterioração. Em termos de médias anuais, nesse período, o déficit em conta-corrente elevou-se para US\$ 6,5 bilhões, ante US\$1,2 bilhão entre 1968-73. A inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas, saltou da média anual de 19,1% no período 1967-73 para 37,9% entre 1974-78 (GIAMBIAGI et al, 2005).

Quadro 2 - Economia Brasileira: síntese de indicadores Macroeconômicos-médias 1964-78.

Indicadores	Médias 1964-67	Médias 1968-73	Médias 1974-78
Crescimento do PIB (% a .a)	4,2	11,1	6,7
Inflação (IGP dez./dez.,% a .a)	45,5	19,1	37,8
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,5	19,5	22,3
Tx. de cresc. das exportações de bens (US \$ correntes, % a.a)	4,1	24,6	15,3
Tx. de cresc. das importações de bens (US \$ correntes, % a.a)	2,7	27,5	17,2
Balança Comercial (US\$ milhões)	412	0	-2.283
Saldo em conta- corrente (US\$ milhões)	15	-1.198	-6.548
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US\$ milhões)	-13,8	1.102,8	
Dívida externa líquida/exportações de bens	2,0	1,8	2,5

Fonte: Giambiagi et al (2005).

Contração monetária

- Redução da oferta de moeda. Também chamada de aperto monetário ou rigidez monetária.

Contração fiscal -

Política destinada a reduzir o déficit orçamentário por meio da redução dos gastos públicos ou do aumento das receitas públicas: Ex.: tributação.



Vá ao ambiente virtual e realize as atividades referentes a esta unidade.

3

A economia brasileira na década de 80

Síntese:

Na unidade 3 analisamos a evolução da economia a partir da década dos oitenta, a chamada a década perdida.

3.1 A crise da dívida externa aos planos de estabilização

O último general presidente do regime militar a comandar o Brasil, Figueiredo, decretou a Lei da Anistia (1979) dando o direito de retorno ao Brasil para artistas, políticos e demais cidadãos brasileiros exilados por crimes políticos.

Foto 3: Jornal Tribuna da Bahia-Presidente João Figueiredo.



Fonte: Diários... (s.d.).

Os anos 80 iniciam-se com um tom otimista do Ministro da Fazenda Delfim Netto, expresso na frase: “Preparem as máquinas e os arados: vamos crescer”. Essa era a tônica do seu discurso de posse, no final de 1979.

A questão era saber: com quais recursos iríamos crescer, uma vez que a entrada de dinheiro novo na economia serviria apenas para saldar compromissos atrasados. O caixa do governo estava quase zerado. A solução talvez fosse partir para uma política monetária mais frouxa; aquela na qual o governo, para aumentar a demanda agregada, reduziria a taxa de juros básica.

Com Delfim Netto no comando da política econômica, no início dos anos 80, repôs-se a ênfase no modelo de crescimento com endividamento. Para ele, os problemas enfrentados pela economia brasileira na segunda metade dos anos 70 devem-se ao equívoco das políticas econômicas adotadas.

A década de 1980 foi marcada, também, pela interrupção e pela reversão do fluxo de capital externo (poupança externa). Até este período, o país conseguia captar recursos externos suficientes para cobrir o saldo da conta-corrente e assim fechar o balanço de pagamentos. Mas a partir do segundo choque do petróleo, a situação se inverte e o país começa a transferir recursos para o exterior para o pagamento de serviços e amortizações da dívida externa brasileira. (MIRANDA, 2003, p.33).

A política econômica, adotada pelo governo em 1981 e 1982, foi direcionada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras, buscando tornar as atividades exportadoras mais atraentes e, ao mesmo tempo, reduzir as importações. A economia brasileira passou por uma

recessão profunda, e em 1981, pela primeira vez no pós-guerra, houve declínio no PIB real. (BAHRY, 2004, p.9).

No final de 1981, o Ministro da Fazenda Delfim Neto do governo do presidente Figueiredo, lançou um pacote fiscal e monetário fortemente recessivo, com o objetivo de conter as importações, por meio da redução da demanda agregada interna.

Devido ao agravamento da situação externa do país, no final de 1982, o país firmou acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, o Brasil realizou em 1983 e 1984 um ajuste recessivo, sob tutela do FMI. A prioridade foi o combate ao desajuste externo mediante a geração de superávit comercial para honrar os compromissos externos viabilizando a transferência de recursos ao exterior. Para isso, além de subsídios às exportações e contenção das importações, o governo promoveu uma maxidesvalorização da moeda de 30% em fevereiro de 1983.

As recessões profundas de 1981 a 1983 revelaram-se, no entanto, incapazes de controlar a inflação, o que levou um grupo de economistas brasileiros, a formular a teoria da **inflação inercial** e a propor como solução, um congelamento geral de preços, o que viria a ser chamado de choque heterodoxo.

O Plano Cruzado, de Fevereiro de 1986, consistiu no resultado dessa proposição teórica. Esse plano assim como o Plano Bresser (Junho de 87) e o Plano Verão (Janeiro de 89) foram incapazes de eliminar a inflação.

Apesar do êxito relativo das metas externas negociadas com o FMI, a aceleração da inflação e a deterioração das contas públicas, decorrentes do elevado peso dos encargos da **dívida pública** interna e **externa**, foram prioridades a serem resolvidas no governo José Sarney (1985-1989) e no governo Collor de Mello (1990-1992).

No governo Sarney, as políticas de estabilização implementadas não conseguiram assegurar a manutenção da estabilidade em longo prazo; ao contrário, reforçaram as atitudes defensivas dos agentes econômicos, os quais preferiram políticas heterodoxas, que significavam congelamentos dos preços e salários, quebra de contratos, mudança de moeda, alteração das regras de **indexação**, entre outras.

Nos anos que se seguiram ao Plano Cruzado, diversos outros planos antiinflacionários foram postos em prática — os chamados Planos “Bresser” (1987), “Verão” (1989), “Collor” (1990), e “Collor-II” (1991) — com efeitos cada vez menos duradouros; a inflação voltava, repetidamente, em níveis próximos ou superiores a 20% ao mês.

Inflação inercial - Inflação decorrente dos reajustes de preços e salários provocados pelo mecanismo de indexação ou de correção monetária.

Dívida pública externa - Dívida do governo brasileiro com os credores estrangeiros (outros governos, empresas ou pessoas oriundas de outros países).

Indexação - Mecanismo de política econômica pelo qual as obrigações monetárias têm seus valores em dinheiro corrigidos com base em índices oficiais do governo. No Brasil, por exemplo, os salários, pensões e aluguéis residenciais eram corrigidos em função da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Depois de 1986, com o Plano Cruzado, o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), as regras de indexação sofreram várias alterações, sendo até suspensas durante algum tempo. Desde a aplicação do Plano Collor 2, a indexação como medida de correção monetária foi oficialmente abolida. No entanto, com a aceleração da inflação entre 1991 e 1994, ela voltou a ser admitida, para ser outra vez eliminada (pelo menos parcialmente) com o advento do Plano Real.

Déficit em conta corrente - Também denominado déficit em transações correntes, é aquele que ocorre quando a soma das balanças comercial e de serviços e de transferências unilaterais do balanço de pagamentos mostra um resultado negativo, isto é, de déficit.

Conta de capital e financeira - Conta do Balanço de Pagamentos que registra os ativos financeiros (fluxos de capitais) que entram e saem do país.

Controle cambial - Controle que as autoridades monetárias exercem sobre o comércio de moedas estrangeiras, por meio do sistema bancário (basicamente, pelo Banco Central). Esse controle estende-se sobre toda a compra e venda de divisas pelas pessoas residentes e empresas estabelecidas no país. É apoiado, sobretudo, na fixação das taxas de câmbio oficiais e numa série de restrições para a compra de moeda estrangeira e sua remessa para o exterior. Um dos mecanismos mais comuns do controle cambial é a venda obrigatória, ao Estado, da moeda estrangeira recebida pelos exportadores.

De acordo com o Quadro 3, o período compreendido entre 1979-80, em termos de médias anuais, foi caracterizado pelo aumento do **déficit em conta corrente**, do superávit na **conta de capital** e da relação dívida/exportações. No entanto, o déficit em conta corrente, verificado nesse período, ocorreu, principalmente, em razão do aumento das despesas financeiras (rendas) no balanço de pagamentos, já que o déficit comercial médio do período foi ligeiramente superior ao do período anterior.

Quadro 3 – Economia Brasileira: síntese de indicadores Macroeconômicos - 1979-89 (médias por período)

Indicadores	Médias 1979-80	Médias 1981-83	1984	Médias 1985-89
Crescimento do PIB (% a .a)	8,0	-2,2	5,4	4,3
Inflação (IGP dez./dez., % a .a)	93,0	129,7	223,9	471,7
FBCF (% PIB a preços correntes)	23,5	22,4	18,9	22,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US \$ correntes, % a.a)	26,1	2,8	23,3	4,9
Tx. de cresc. das importações de bens (US \$ correntes, % a.a)	29,5	-12,4	-9,8	5,6
Balança Comercial (US\$ milhões)	-2.831	2.818	13.090	13.453
Saldo em conta- corrente (US\$ milhões)	-11.724	-11.584	95	-359
Dívida externa líquida/exportações de bens	2,9	3,7	3,3	3,8

Fonte: Giambiagi et al (2005).

As tendências desse período (1979-80) foram reflexos dos dois choques na economia: o segundo choque do petróleo e o aumento dos juros no mercado financeiro internacional que prenunciaram a crise da dívida que viria à tona em 1982-3.

No período 1981-83, embora o balanço de pagamentos continuasse a apresentar um elevado déficit em conta corrente, a balança comercial começou a reagir e apresentou um saldo positivo, explicado em parte por três fatores: i) resultado do efeito de duas maxidesvalorizações **cambial** (da ordem de 30% cada), determinadas pelo ministro Delfim Netto, em 1979 e 1983; ii) a recessão da economia brasileira entre 1981-83, que resultou na contração das importações; iii) a substituição de importações promovida pelo II PND. Todos esses três fatores conjuntamente reforçaram a redução das importações brasileiras e assim, contribuíram para o saldo positivo na balança comercial brasileira no período analisado.

Com efeito, o ano de 1984 marcou o início da recuperação econômica brasileira com o PIB crescendo à taxa de 5,4% a.a. naquele ano, e 4,3% a.a. entre 1985-89, em média.

A taxa média de inflação, por outro lado, resultou em aumentos crescentes entre 1979-80 a 1985-89. Neste último período chegou a 471,7% a.a.

Houve, também, uma significativa melhora na balança comercial, que passou de US\$ 2,8 bilhões no período recessivo, para uma média de US\$ 13,5 bilhões entre 1985-89.

3.2 Os planos de estabilização adotados ao longo da década dos 80

Os anos oitenta foram caracterizados por uma fase de sucessivas tentativas frustradas de planos de estabilização que além de significarem profundas interferências do Estado na economia, muitas vezes com quebra de contratos, se mostraram inócuos como alternativa de solução permanente de controle da inflação. Experimentamos políticas econômicas que vão desde os planos ortodoxos, que pretenderam reduzir a inflação por meio do controle estrito da emissão de moeda, até planos heterodoxos, que lançaram mão de mecanismos não convencionais de estabilização, como, por exemplo, o congelamento de preços.

A seguir, no Quadro 4 abaixo, apresentamos um resumo dos planos de estabilização adotados na década dos 80.

Quadro 4 - Planos de estabilização adotados na década dos 80.

Planos de estabilização na década dos 80
Plano Delfim I (1979). Um programa que pretendia ser desenvolvimentista e monetarista ao mesmo tempo. Foi baseado na prefixação da taxa de câmbio , que foi sendo reajustada, supondo-se uma inflação declinante. Essa estratégia era, à época, popular entre os membros da escola de Chicago, a Meca dos economistas monetaristas. No entanto, o plano fracassou, a inflação subiu de 40% para 100% ao ano, e a dívida externa de US\$ 40 para US\$ 60 bilhões em dois anos.
Plano Delfim II (1981). Constituiu-se num clássico programa de estabilização ortodoxo, acompanhado por uma forte recessão . O PIB caiu 3% em 1981 e a inflação permaneceu em um patamar de 100% ao ano até o final de 1982.
Plano Delfim III (1983). Tratou-se de um programa ortodoxo monitorado pelo FMI e novamente marcado pela recessão . O governo promoveu a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1983 e, a inflação salta para 200% ao ano, ou 10% ao mês. O Balanço de Pagamentos voltou a equilibrar-se graças à redução das importações, que propiciou a obtenção de elevados saldos na balança comercial.
Plano Dornelles (abril-julho, 1985). Um plano que teve por base o congelamento de preços públicos e de setores oligopolistas, equivalentes a 40% do PIB, combinado com uma política monetária de tipo estritamente monetarista, conduzida pelo Banco Central. Não conseguiu, entretanto controlar a inflação que foi reduzida no início do plano enquanto foi mantido o congelamento parcial de preços. No entanto, quando os preços foram liberados, a inflação retornou a seu nível anterior.





Vá ao ambiente virtual e realize as atividades referentes a esta unidade.

Plano Cruzado (março-dezembro, 1986). Um programa de estabilização heterodoxo, baseado no congelamento de preços. O primeiro a basear-se na teoria da **inflação inercial**. Esse plano contou com enorme apoio popular, mas se perdeu pela implementação populista que levou ao excesso de demanda. A inflação baixou no início, devido ao congelamento de preços, mas quando não foi mais possível manter esta estratégia, a inflação voltou a subir e disparou.

Plano Bresser (junho-dezembro, 1987). Foi um plano heterodoxo no qual não estavam inclusos nem medidas de **desindexação** da economia, nem uma reforma monetária. Estava baseado em um congelamento temporário de preços e em um ajuste fiscal que não foi completo em função da falta de apoio político. No entanto, a inflação decresceu no início e depois voltou a crescer gradualmente.

Plano Arroz com Feijão (1988). Plano ortodoxo realizado com base na adoção de políticas fiscal e monetária restritivas. Além de ineficiente como plano de estabilização, não houve também apoio para levar a cabo o ajuste fiscal anunciado. A inflação, que era de 14% em dezembro de 1987, elevou-se gradualmente, atingindo 30% ao final do ano.

Plano Verão (janeiro-junho, 1989). Um programa heterodoxo porque estava baseado no congelamento de preços e na **desindexação**, mas também foi principalmente um programa ortodoxo, monetarista, porque tentou sustentar-se em uma taxa de juros extremamente elevada (16% ao mês em termos reais, no primeiro mês). O plano começou a entrar em colapso em junho e transformou uma inflação elevada em uma hiperinflação em dezembro, com uma taxa de inflação superior a 50% ao mês.

Fonte: Bresser Pereira (1998).

4

A década de 90

Síntese:

Nessa unidade de estudo abordamos as modificações de diversas ordens que ocorreram na economia brasileira, a partir dos anos noventa, com ênfase para a análise dos governos de FHC (Fernando Henrique Cardoso) e LULA (Luís Inácio Lula da Silva).

4.1 A globalização da economia brasileira nos anos 90

No plano externo, o transcorrer da década de oitenta e começo dos anos noventa foi verificada uma série de mudanças no cenário internacional. Redefiniu-se a divisão do poder econômico mundial, com a preponderância dos blocos continentais — Europa, América do Norte e Sudeste Asiático. Tal dinâmica da economia mundial sugere a ocorrência como paralela ao fenômeno conhecido por globalização.

Esse fenômeno repercute na perda de graus de autonomia dos Estados nacionais em relação à condução da política econômica e no controle do sistema financeiro e produtivo. O desenho da economia desse Estado já não dispõe da mesma flexibilidade da utilização das políticas fiscal, monetária e cambial que tinham os Estados na perspectiva desenvolvimentista.

Com a globalização, aumenta a volatilidade do capital financeiro internacional, e os investimentos externos são extremamente vulneráveis à instabilidade macroeconômica, fazendo com que os Estados, que não seguem uma linha ortodoxa de política econômica, sejam penalizados pela fuga de capitais necessários para financiar o período de transição dos modelos. (PINHEIRO, 2009, p. 78-79).

Devido à globalização financeira mundial na qual nós somos partícipes, os fluxos de capitais movimentam-se de um país para o outro, atraídos pelo diferencial da taxa de juros. Aquele país que sinalizar com uma elevada taxa de juros, dadas certas outras condições, atrairá para sua economia esse fluxo contínuo de capitais, que em sua grande maioria são especulativos. Essa liberalização do movimento de capitais, que teoricamente deveria gerar mais estabilidade, mais confiança e mais crescimento, tolhe a capacidade de decisão do governo sobre a política monetária.

4.2 Os governos de Collor de Mello (1990-92) e Itamar Franco

No início de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, houve modificações no quadro macroeconômico e regulatório do Brasil, dando início no país ao processo de abertura da economia, com redução das tarifas protecionistas e com incentivos às importações, bem como, promoveu-se a abertura para investimentos em bolsas de valores. Aos capitais de curto prazo foi dada flexibilidade, ou seja, não foi determinado um período mínimo de permanência no país, o que estimulou o ingresso de capital especulativo, aumentando a vulnerabilidade da economia.

A proposta de retomada de crescimento do governo Collor, alinhada ao ideário neoliberal, significou uma alteração profunda na

forma de inserção da economia brasileira na economia internacional, no relacionamento do setor público com o setor privado e na atuação do Estado na economia. Influenciado pelo chamado Consenso de Washington, o país partiu para abertura comercial e financeira, a privatização e a desregulamentação dos mercados.

No âmbito externo, a **recessão** econômica nos Estados Unidos e na Europa colaborou para a redução das taxas de juros internacionais em 1991. Esta situação ajudou a criar as condições para que se superasse a fase de escassez de créditos (capitais) externos que imperou desde a **moratória** mexicana de 1982.

O governo Collor, numa tentativa de combate a hiperinflação da economia brasileira do início dos anos 90, elaborou um plano econômico (que ficou conhecido como Plano Collor) cujas principais medidas foram: o bloqueio das cadernetas de poupança, às contas correntes e aos outros investimentos superiores a Cr\$ 50.000,00, o que levou ao aprofundamento da recessão econômica, o que durou até o primeiro semestre de 1992. Além disso, outra operacionalização aconteceu com abertura comercial da economia, no intuito de aumentar a concorrência interna com os produtos importados.

Foto 4 - No parlatório do Palácio do Planalto, Fernando Collor de Mello discursa em sua posse como o primeiro presidente eleito após o fim da ditadura militar.



Fonte: Cruz (2007).

O mandato do presidente Collor de Mello foi encurtado por acusações de irregularidades em seu governo. Ao sofrer um processo de impeachment, seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência do país após a sua renúncia no final de 1992.

Outras tentativas de enfrentamento à inflação sucederam-se (Plano Collor II, em 1991, e a política gradualista do ministro Marcílio Marques Moreira), porém sem conseguir desarmar as condições responsáveis

Recessão - Conjuntura de declínio da atividade econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas. Essa situação pode ser superada num período breve ou pode estender-se de forma prolongada, configurando então uma depressão ou crise econômica.

Moratória - em termos econômicos, concernente ao direito internacional público, consiste no ato unilateral de um Estado declarar a suspensão do pagamento dos serviços da sua dívida externa.

pelo processo inflacionário. Conseguiram-se ganhos temporários, mas a permanência da crítica situação fiscal, os choques de oferta, o grau de indexação da economia e as expectativas adversas dos agentes quanto ao comportamento da economia mantinham as elevadas pressões inflacionárias.

Foto 5 - Após a saída de Fernando Collor de Melo da presidência, Itamar Franco



Fonte: Arquivo/Abr (2007).

Embora o Plano Collor não tenha obtido sucesso em sua empreitada, o presidente Itamar Franco manteve alguns itens da política econômica, valendo ressaltar a abertura comercial e a liberalização financeira, o que atraiu a entrada de capitais, provocando um aumento nas reservas de divisas internacionais.

Em junho de 1993, quando a inflação já havia superado a marca de 20% ao mês, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco com amplo apoio político.

A conjuntura de abundância de liquidez internacional, isto é, havia um volume grande de capitais externos à procura por novas oportunidades de investimentos no mercado internacional. Essa abundância de capitais externos no mercado internacional constituiu-se num dos fatores que contribuíram na implementação do Plano Real, sob o comando do então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser eleito presidente nas eleições de 1994.

4.3 Os planos de estabilização adotados na década de 90

Com base em Bresser Pereira (1998, p.182)

1. Plano Collor I (março-abril, 1990). Um programa essencialmente ortodoxo, embora com uma aparência heterodoxa porque envolveu um rápido congelamento de preços. De fato, foi um plano ortodoxo, apoiado em violento corte na liquidez financeira do sistema, por meio do bloqueamento de 70% dos ativos financeiros. [...] O

plano teve êxito em baixar a inflação de 82% em março para 3% em abril. Após essa drástica redução inicial, a inflação deveria ser controlada por uma combinação de políticas fiscal e monetária e de políticas de renda. O abandono formal, em 15 de maio, da política de renda, que deveria ter sido utilizada para controlar a inflação residual, marcou o final de um plano de estabilização incompleto.

2. Plano Eris (maio-dezembro, 1990). A segunda fase do Plano Collor I, na qual seu caráter monetarista tornou-se claro. Na verdade, foi a estratégia mais estritamente monetarista e ortodoxa já adotada no Brasil. Seu objetivo era eliminar a inflação residual deixada pelo Plano Collor I. Os esforços para o ajuste fiscal, para os quais o Presidente Collor continuou fornecendo apoio completo, e que produziram superávits orçamentários em 1990 e 1991, foram complementados por uma âncora monetária: o crescimento para a base monetária no segundo semestre de 1990 foi limitado a 9%. O plano não foi oficialmente adotado pelo FMI, mas, dado o seu caráter ortodoxo, recebeu total apoio de Washington.[...] Apesar da enorme recessão ocasionada pela política monetária restritiva, a inflação gradualmente acelerou-se, aumentando de 6% em maio para 20% em dezembro, quando a oferta de moeda finalmente saiu completamente do controle das autoridades monetárias.

3. Plano Collor II (janeiro-abril, 1991). Um congelamento de preços de emergência combinado com uma grande elevação dos preços públicos (um tarifaço). Foi um remendo antes do que um plano de estabilização. A inflação aumentou imediatamente, alcançando 7% em abril e 10% em junho.

4. Plano Marcílio (maio 1991-outubro 1992). Um programa ineficiente, gradualista, rigorosamente ortodoxo, patrocinado pelo FMI.

4.4 O Plano Real (a partir de 1994)

O Plano Real foi idealizado, também, para combater o elevado nível da inflação doméstica. Foi definido como um plano de três fases:

1) O ajuste fiscal (O Fundo Social de Emergência – FSE), com a criação da IPMF (hoje, CPMF) em junho de 1993. Nessa primeira fase foi implementado o Plano de Ação Imediata (PAI) em 06/1993. As medidas, objetivando chegar à origem da inflação foram: o combate a sonegação, redução dos fundos de participação estadual (FPE) e municipal (FPM), reestruturação dos bancos estaduais e federais e a privatização visando transferir ao setor privado os custos da modernização da infraestrutura.

2) A introdução da Unidade Real de Valor (URV), março/1994. A URV teve a função de unidade de conta e o Banco Central (BACEN) emitia diariamente relatórios sobre a desvalorização do cruzeiro real e a

Taxa de câmbio nominal - Número de unidades de moeda nacional que se pode obter por uma unidade de moeda estrangeira; o preço da moeda estrangeira em termos de moeda nacional.

Reservas (divisas) internacionais - Na contabilidade de um país, as reservas podem ser consideradas: 1) no conceito de liquidez internacional (que inclui créditos a ser recebidos em um futuro imediato); 2) no conceito de disponibilidade imediata ou conceito de caixa (que considera os recursos imediatamente disponíveis). Originam-se de superávits no balanço de pagamento e destinam-se a cobrir eventuais déficits das contas internacionais e/ou lastrearem a estabilidade cambial, evitando ataques especulativos contra a moeda nacional.

Âncora cambial - mecanismo de política econômica através do qual o governo fixa a taxa de câmbio com o objetivo de reduzir o aumento dos preços internos. Ou seja, suponhamos se o governo “segurar” artificialmente o preço do dólar, visando conter os preços no mercado interno. Como funciona isto? Se por exemplo, o preço do dólar estiver sendo controlado pelo governo a aproximadamente R\$ 1,20 quando deveria estar valendo aproximadamente R\$ 1,40. Assim, se um agricultor vende uma saca de soja a 10 dólares vai receber 10 X 1,20, ou seja, 12 reais, quando deveria receber 14. Esta diferença de 2 reais do exemplo é chamada “perda cambial”, provocada pela forma de atuar de nossas autoridades e que funciona como se fosse um imposto sobre a produção.

cotação da URV. Os salários passaram a ser corrigidos pela média dos últimos quatro meses. Nos meses de abril, maio e junho o governo fez a conversão em URV dos preços públicos e as tarifas do setor público.

3) A reforma monetária com a introdução da nova moeda, o Real (R\$), julho/1994. Foram fixados limites quantitativos para a emissão de moeda. O Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a ser composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e da Coordenação da Presidência da República e pelo presidente do BACEN. A importância desse conselho visava, sobretudo, estabelecer as âncoras monetária e cambial à política econômica do país.

As consequências das medidas econômicas adotadas no Plano Real em 1994 foram: a queda na taxa de inflação e a obtenção de certo nível de crescimento na economia. Ressalta-se que alguns fatores foram determinantes para o seu sucesso, além da elevada liquidez internacional (abundância de capitais externos), tais como: a aceleração do processo de abertura da economia e a valorização do real em relação ao dólar, no início do plano, possibilitando, dessa forma, o aumento na oferta de bens importados no país, que concorrendo com os bens similares domésticos pressionaram para baixo os preços internos e, por conseguinte, a taxa de inflação interna.

Foto 6 - Seminário realizado em Brasília sobre o balanço dos primeiros quatro anos do Plano Real. Da esquerda para direita, Paulo Paiva, Michel Temer, Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan e Gustavo Franco.



Fonte: Cruz (2007).

A partir de 1995, o Banco Central (BACEN) adotou o regime de bandas cambiais, estabelecendo um piso e um teto. Seguindo essa política cambial, o BACEN deixava o mercado determinar a **taxa de câmbio** livremente, só intervindo quando as cotações ameaçassem cair abaixo do piso ou subir além do teto. Para financiar essas intervenções, o Banco Central usava recursos das **reservas internacionais**.

Durante esse período, o BACEN praticou um regime que ficou conhecido como **âncora cambial**, ou seja, valorizou a taxa de câmbio de forma a forçar a competição entre os produtos domésticos e os estrangeiros, também chamados de tradeables.

As altas taxas de juros praticadas no Brasil, a partir de 1994, tinham por objetivo central controlar a inflação, financiar a dívida pública e atrair o capital estrangeiro. Nesse sentido, houve um forte ingresso de capital externo no país que conduziu à apreciação (valorização), cambial conforme dito anteriormente.

O patamar de taxa de juros praticado na economia brasileira teve como consequência, também, a restrição ao consumo popular e ao financiamento empresarial. Sem crédito disponível e concorrendo com o produto importado, muitas empresas foram extintas, e houve notável redução do nível do produto interno bruto.

A situação do balanço de pagamentos brasileiro era bastante confortável em meados da década de noventa, principalmente em decorrência desse expressivo fluxo de capitais que entravam no país buscando novas oportunidades de lucro, a partir dos primeiros anos da década.

No entanto, “os ventos começaram a soprar contra o Plano Real” a partir de meados de 1997, quando os países chamados de “tigres asiáticos” mergulharam em uma crise cambial que gerou pânico no mercado financeiro internacional e afastou ainda mais os investidores estrangeiros dos mercados emergentes, entre eles o Brasil.

A segunda grande adversidade externa surgiu em agosto de 1998, quando a Rússia, sem condições de pagar sua dívida externa, anunciou a sua moratória e a subsequente desvalorização do rublo. Novamente os mercados financeiros internacionais foram sacudidos por uma onda de pessimismo. Tanto na crise asiática quanto na crise russa os investidores estrangeiros sacavam recursos que haviam antes aplicados nos países em desenvolvimento (emergentes) para recomposição de prejuízos e devido ao medo de sofrerem novas perdas.

Diante dessa situação, o BACEN brasileiro não resistiu à fuga dos fluxos de capitais especulativos de curto prazo que poucos dias antes fizeram remessas de mais de US\$ 1 bilhão por semana, reduzindo as reservas internacionais à disposição do país.

Em 1999, o Banco Central mudou, então, o regime cambial no país, e passou a adotar um regime cambial flutuante, além de determinar a desvalorização cambial.

Diante desse quadro de instabilidade política e econômica, a partir de 1999, novas práticas de políticas econômicas foram introduzidas no país: a política monetária passou a ter por objetivo central o cumprimento das metas de inflação; e quanto à política fiscal, esta teve como meta o cumprimento do Programa de Estabilidade Fiscal, cuja finalidade era garantir o superávit primário, mediante a elevação da arrecadação tributária e a contenção da despesa do setor público.

A partir dos dados contidos no Quadro 5 abaixo, e considerando que o nível médio de inflação anual entre 1990-1994, de 1.210,0 a.a., foi reduzido para 9,4 a.a entre 1995-98, podemos ressaltar o êxito do Plano Real no combate a inflação. Mas, vale também ressaltar que durante esse último período pôde-se verificar que em todos os indicadores considerados a balança comercial brasileira incorreu em déficit de US\$5,6 bilhões, explicado em parte pela valorização do real frente ao dólar, mais precisamente a partir de meados de 1994.

Quadro 5 – Economia Brasileira: síntese de indicadores Macroeconômicos- 1990-98 (médias anuais por período).

Indicadores	Médias 1990-94	Médias 1995-98
Crescimento do PIB (% a .a)	1,3	2,6
Inflação (IGP dez./dez.,% a .a)	1.210,0	9,4
FBCF (% PIB a preços correntes)	19,5	19,8
Tx. de cresc. das exportações de bens (US \$ correntes, % a.a)	4,8	4,1
Tx. de cresc. das importações de bens (US \$ correntes, % a.a)	12,6	14,9
Balança Comercial (US\$ milhões)	12.067	-5,6
Saldo em conta-corrente (US\$ milhões)	-314	-26,4
Dívida externa líquida/exportações de bens	3,2	2,8

Fonte: Giambiagi et al (2005).

4.5 Mudanças na estrutura de propriedade a partir dos anos 90

Durante a década de noventa, a economia brasileira também passou por grandes transformações, seja em sua inserção internacional, na estrutura de propriedade ou na sua estrutura produtiva.

As ondas de privatizações, iniciadas durante o governo Collor, ganharam ímpeto durante a gestão de FHC, quando o capital estrangeiro passou a participar com força das compras das empresas brasileiras desestatizadas. Além disso, esses investidores estrangeiros investiram maciçamente na compra de parcela significativa de empresas privadas, acentuando no país o processo de desnacionalização da economia.

A maior parte das aquisições concentrou-se em setores de serviços, como telecomunicações, distribuição de energia elétrica, sistema financeiro, etc, que não geravam divisas de exportações. No entanto, no intuito de modernização dos serviços a serem prestados importaram máquinas, equipamentos e tecnologia. Como exemplo, o serviço de telefonia móvel.

Observa-se, portanto, uma profunda transformação na estrutura de propriedade da economia brasileira, com complexas repercussões na cadeia produtiva e nas formas de articulação da economia doméstica com a economia mundial e seus centros econômicos.

Conforme nós estudamos em unidades anteriores, o antigo tripé

Estado, capital multinacional e capital privado nacional, no qual se baseou a industrialização brasileira desde a década de 50, foi praticamente modificado. Motivo: a ampliação da participação do capital estrangeiro.

4.6 A economia brasileira de FHC a Lula

No 1º mandato de FHC (Fernando Henrique Cardoso), a ancoragem cambial foi um elemento essencial para a consolidação da estabilidade de preços. Como resultado dessa âncora cambial e da consequente apreciação do câmbio, o saldo em transações correntes experimentou deterioração quase contínua durante o Plano Real, alcançando no final do mandato de FHC, um déficit de US\$ 20,1 bilhões em média no período de 1999-2002, segundo o Quadro 6.

De acordo com esse Quadro, as exportações brasileiras cresceram de 21,1% em 2003 para 32,0% em 2004. Esses números mostram que o Brasil aumentou sua competitividade internacional. Já no que tange à significativa melhora conjuntural das contas externas do Brasil, apontamos um conjunto de fatores: i) o fraco desempenho da demanda doméstica ($C + I + G$). Ou seja, como não existia pressão de demanda interna sobre a produção doméstica, pois esta se encontrava muito reprimida, as empresas, então, resolveram destinar parte da produção doméstica para o mercado externo; ii) o extraordinário crescimento do comércio iii) a elevação dos preços das commodities; e, iv) as condições relativamente estáveis de liquidez internacional (abundância de capitais autônomos externos).

Quadro 6 - Economia Brasileira: síntese de indicadores Macroeconômicos- 1999-2004 (médias anuais por período).

Indicadores	Médias 1999-2002	2003	2004
Crescimento do PIB (% a .a)	2,1	-0,2	3,8
Inflação (IGP dez./dez., % a .a)	8,8	9,3	7,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	19,0	18,0	19,5
Tx. De cresc. das exportações de bens (US \$ correntes, % a.a)	4,2	21,1	31,4
Tx. De cresc. das importações de bens (US \$ correntes, % a.a)	-4,9	2,2	28,5
Balança Comercial (US\$ milhões)	3,5	24,8	34,0
Saldo em conta- corrente (US\$ milhões)	-20,1	4,1	10,5
Dívida externa líquida/exportações de bens	3,3	2,3	1,7

Fonte: Giambiagi et al (2005).

O 2º mandato do Governo FHC teve por característica maior o fato de ter sido um governo de crise. Primeiramente porque teve que administrar sucessivas crises do balanço

de pagamentos (1999, 2001 e 2002) – que o levou a bater às portas do FMI para tomar três empréstimos nos montantes de US\$ 41,5 bilhões (1998), US\$ 15,6 bilhões (2001) e US\$ 30 bilhões (2002), respectivamente.

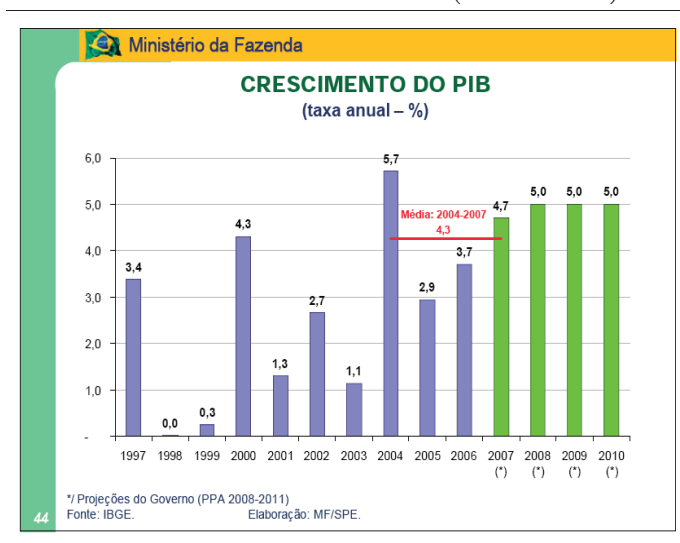
Em contrapartida, durante os seus quatro anos de duração, a economia brasileira foi monitorada externamente pelo FMI, a partir de parâmetros macroeconômicos explicitados nos acordos assinados. Adicionalmente, também enfrentou uma crise de energia (2001), que colocou em xeque o modelo de privatização do setor elétrico e a atuação das agências reguladoras, inviabilizando a privatização das empresas estatais geradoras de energia – que havia sido planejada e decidida ainda no 1º Governo FHC. (FILGUEIRAS; PINTO, s.d., p.6-7).

Após a recuperação da crise cambial, verificou-se um período de relativa estabilidade financeira que atravessou o ano 2000. O PIB nesse ano chegou a crescer 4,36% a.a., liderado principalmente pela indústria (ver Gráfico 1).

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA acumulado) em 2000 foi de 5,97%, ficando abaixo, portanto, do alcançado no ano anterior, 8,94%, e dentro da meta estabelecida para o Banco Central (ver Tabela no. 7).

O ano de 2001 foi marcado pelo racionamento de energia elétrica, em decorrência da falta de investimentos. A limitação nos investimentos inibiu a obtenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico. A variação dos preços ultrapassou a meta estabelecida pelo FMI, acordada em 4%. Houve, portanto, uma nova desaceleração da economia brasileira, com o PIB crescendo apenas 1,3% (ver Gráfico 2).

Gráfico 1 – Crescimento do PIB (taxa anual %).



Fonte: Brasil (2007).

O governo LULA (Luís Inácio Lula da Silva) para demonstrar na prática seu compromisso com a estabilidade de preços, austeridade fiscal e o regime de câmbio flutuante, não vacilou em utilizar medidas amargas para conter as pressões inflacionárias e reverter o quadro de deterioração das expectativas em 2002.

Foto 7 - Lula acena para convidados após receber a faixa de presidente da República das mãos de Fernando Henrique Cardoso.

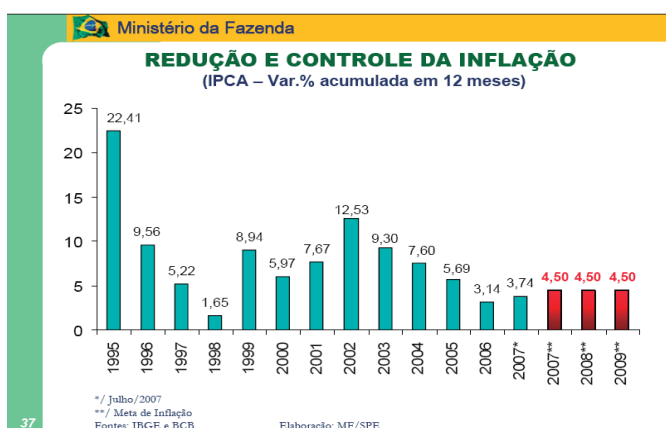


Fonte Casal Jr. (2007).

As principais medidas nesse sentido foram aumentar a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB, subir a taxa de juros de 25% para 26,5% e elevar de 45% para 60% o compulsório sobre os depósitos à vista. (MOREIRA, 2003, p.13).

O PIB cresceu apenas 2,7% em 2002, motivado pelo crescimento da taxa de juros a partir de setembro daquele ano, como também pela recuperação da meta de superávit fiscal - acordada com o FMI em 3,88% do PIB, mas que atingiu mais de 4% no final do ano. Esses dois fatores impactaram negativamente as atividades econômicas, resultando no baixo crescimento do PIB brasileiro naquele ano (ver Gráfico 1). Em 2002, a inflação (medida pelo IPCA) ultrapassou a casa dos dois dígitos, 12,53% (ver Gráfico 2).

Gráfico 2- Redução e controle da inflação (IPCA – var.% acumulada em 12 meses).



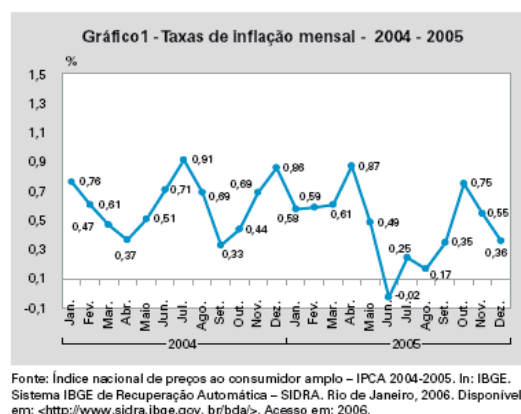
Fonte: Brasil (2007).

Ao longo de 2003, viu-se a manutenção do conservadorismo na condução da política monetária pela nova equipe que foi eficaz tanto para conter a escalada de preços quanto para reverter a crise de confiabilidade herdada do ano anterior. No entanto, o impacto dessas políticas – fiscal e monetária – restritivas sobre a produção e o emprego, não poderia ser diferente, foi arrasador. Resultou, portanto, num fraco desempenho econômico do PIB em 1,1% e elevadíssima taxa de desemprego, 13%, segundo o IBGE (ver Gráfico 1).

O resultado da política econômica austera executada pelo governo federal em 2003 foi a queda na taxa de inflação, IPCA de 9,3% (ligeiramente acima da meta de 8,5%) e alto superávit fiscal de 4,36% do PIB, ultrapassando a meta acertada com o FMI, de 4,25% do PIB.

A taxa de inflação registrada pelo IPCA em 2005, representada no Gráfico 3, manteve-se em média a 0,49% ao mês e atingiu seu máximo no mês de abril. Esta aceleração na variação mensal do IPCA refletiu, sobretudo, os aumentos de preços relacionados ao setor de serviços. Segundo o mesmo indicador, entre abril e junho registraram-se quedas sucessivas nas taxas de inflação mensal, evidenciando-se, a partir deste mês, uma nova tendência de crescimento dos preços até outubro, quando a inflação acumulada no ano já ultrapassava o centro da meta prevista pelo Banco Central (4,73%). Apesar disso, em dezembro de 2005, a inflação acumulada observada foi de 5,69% ao ano, portanto, abaixo do limite máximo planejado.

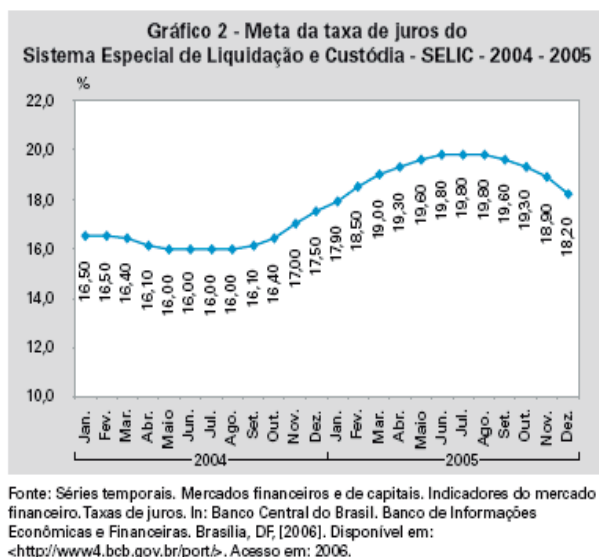
Gráfico 3: Índice nacional de preços 2004-2005.



Fonte: IBGE (2006).

Em 2005, a política monetária foi restritiva e cautelosa. O BACEN passou a reduzir os juros em ritmo lento a partir de setembro e trouxe a taxa básica de juros para 18% ao ano em dezembro, pouco acima dos 17,75% ao ano do final de 2004 (ver Gráfico 4). O resultado dessa política foi o baixo crescimento do PIB, da ordem de 2,9%.

Gráfico 4: Meta de taxa de juros 2004-2005.

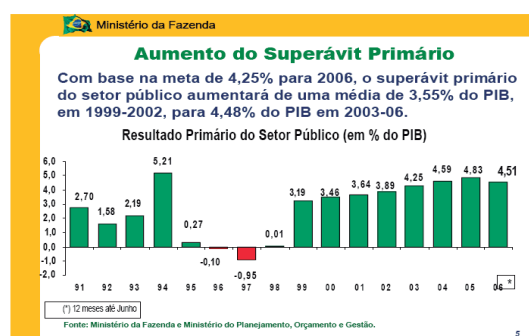


Fonte: IBGE (2006).

O primeiro mandato do Governo Lula caracterizou-se no âmbito fiscal, pela obtenção de expressivos superávits primários. O governo federal alcançou esse resultado devido ao aumento sistemático da arrecadação tributária em ritmo superior à elevação dos gastos. O desempenho dessa política, observado entre 2003 e 2005, foi mantido em 2006 (ainda que nesse último ano o resultado primário tenha se reduzido).

O superávit fiscal em 2003 (4,25%/PIB) foi resultado do enxugamento das despesas, tanto de custeio quanto de capital fixo do governo. No entanto, como neste mesmo período, o montante a ser pago pelos juros da dívida pública representou mais do que o dobro do superávit obtido, então, a dívida pública teve um crescimento de 55,5% em relação ao PIB em 2002 para 57,2% do PIB em 2003, de acordo com os dados do Gráfico 5.

Gráfico 5 - Aumento do Superávit primário.



Fonte: Brasil (2007).

O Quadro 7 destaca a evolução do comércio exterior brasileiro durante o 1º e 2º mandato do presidente LULA. Note-se que o principal

fator determinante dos resultados positivos do balanço de pagamentos em Conta Corrente diz respeito à ampliação do saldo da balança comercial em contexto de elevação das importações.

Quadro 7 - Superávit comercial, superávit em conta corrente e aumento da entrada

Ministério da Fazenda							
SUPERÁVIT COMERCIAL, SUPERÁVIT EM CONTA CORRENTE E AUMENTO NA ENTRADA DE CAPITAIS EXTERNOS (US\$ milhões)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007*	2007**
Conta Corrente	-7.637	4.177	11.679	13.985	13.621	11.469	3.666
Balanço comercial	13.121	24.794	33.641	44.703	46.458	45.251	23.985
Balanço de serviços	-4.957	-4.931	-4.678	-8.309	-9.654	-11.228	-6.768
Balanço de rendas	-18.191	-18.552	-20.520	-25.967	-27.489	-26.876	-15.939
Transferências unilaterais	2.390	2.867	3.236	3.558	4.306	4.322	2.388
Conta Capital	433	498	372	663	869	739	357
Conta Financeira	7.571	4.613	-7.895	-10.127	15.113	75.468	66.479
Investimento Direto (líquido)	14.108	9.894	8.339	12.550	-9.420	14.855	28.088
Investimento em Carteira	-5.119	5.308	-4.750	4.885	9.573	41.957	31.583
Derivativos	-356	-151	-677	-40	383	360	208
Outros Investimentos	-1.062	-10.438	-10.806	-27.521	14.577	18.296	6.599
Erros e Omissões	-66	-793	-1.912	-201	965	80	-1.240
Resultado	302	8.496	2.244	4.319	30.569	87.755	69.263

* acumulado em 12 meses (até julho/07)
 ** acumulado no ano (janeiro a julho)

Fonte: Brasil (2007).

Com efeito, o câmbio valorizado não reduziu o saldo da balança comercial em 2006. O crescimento significativo da demanda externa por commodities assegurou um saldo comercial suficiente para gerar um superávit em conta corrente e uma forte entrada de divisas estrangeiras no país (influxo de capitais externos).

Em 2006, a economia brasileira mostrou baixo crescimento, o PIB crescendo apenas 3,7% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ver Gráfico 1. A atividade econômica em 2006 foi liderada pela expansão do consumo, que estava associada, basicamente, a dois fatores: a) a expansão do crédito, cuja participação no PIB alcançou o nível mais alto em nove anos e b) o aumento da renda real das famílias. Esses dois eventos ocorreram na esteira do controle inflacionário. Com os índices de inflação correndo abaixo da meta, abriu-se espaço para a redução dos juros, com impacto na demanda por crédito. Ao mesmo tempo, preservou-se o poder de compra dos salários, com impacto favorável sobre a renda das famílias.

Com efeito, o aumento do consumo teve um impacto reduzido sobre a produção industrial, pois, o mesmo foi satisfeito, preferencialmente, por produtos importados, que estavam mais baratos por conta da valorização do real. Assistiu-se nesse ano a substituição de artigos nacionais por importados, tanto em bens de consumo, como em bens intermediários.

O país alcançou a estabilidade monetária na economia, mas não

conseguiu ter fôlego para deslanchar um crescimento econômico sustentado. Preocupado com essa situação e diante de várias críticas, o governo LULA anunciou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no início de 2007. O objetivo do governo, portanto, era promover o investimento sem comprometer a estabilidade fiscal alcançada.

As medidas do PAC eram organizadas em cinco blocos, a saber: 1) investimento em infraestrutura; 2) medidas fiscais de longo prazo; 3) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; 4) estímulo ao crédito e ao financiamento; e 5) melhora do ambiente de investimento.

Com efeito, o sucesso do PAC estava diretamente associado ao compromisso futuro do governo em assegurar espaço nas contas públicas para elevar o investimento público federal sem comprometer o equilíbrio fiscal de médio e longo prazo, e à capacidade de se lidar com o atual arcabouço institucional e administrativo de modo a permitir uma efetiva implementação dos projetos considerados prioritários.

O resultado do foco da taxa de juro no combate à inflação resultou no fraco desempenho da economia em termos de renda, emprego, acumulação de capital e desequilíbrio fiscal. Assim, a política de juros altos foi tomada como um parâmetro de política de controle da inflação.



Vá ao ambiente virtual e realize as atividades referentes a esta unidade.

Referências

ARQUIVO/ABR. Após a saída de Fernando Collor de Melo da presidência, Itamar Franco acena durante sua posse. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/brasil45anos/brasil45anos.htm#>. Acesso em: 28 nov. 2007.

BAER, W. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BAHRY, T. R. Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período 1968-1999. 2004. http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%208/REC_8.1_01_Os_ciclos_de_endividamento_da_economia_brasileira_no_periodo_1968_1999.pdf. Acesso em: 20 nov. 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Aumento do superávit primário. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2007/p300807.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

_____. _____. Crescimento do PIB (taxa anual %). 2007. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2007/p300807.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

_____. _____. Redução e controle da inflação (IPCA – var.% acumulada em 12 meses). 2007. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2007/p300807.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

_____. _____. Superávit comercial, superávit em conta corrente e aumento da entrada de capitais externos. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2007/p300807.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRESSER PEREIRA, L. C. Economia brasileira: uma introdução crítica. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. 34, 1998. 224 p.

CASAL JR., Marcello. Lula acena para convidados após receber a faixa de presidente da República das mãos de Fernando Henrique. 2007. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/brasil45anos/brasil45anos.htm#>. Acesso em: 28 nov. 2007.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, F.E.P. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COELHO, P.M.P.; SARAIVA, J.F.S. (Org.). Fórum Brasil-Africa: política, cooperação e comércio. 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 28 nov. 2007.

CRUZ, Antonio. 2007. Brasília 45 anos. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/brasil45anos/brasil45anos.htm#>. Acesso em: 28 nov. 2007.

_____. Seminário realizado em Brasília sobre o balanço dos primeiros quatro anos do Plano Real. Da esquerda para direita, Paulo Paiva, Michel Temer, Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan e Gustavo Franco. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/brasil45anos/brasil45anos.htm#>. Acesso em: 28 nov. 2007.

DIÁRIOS da ditadura. Castelo, Bulhões e Campos: pensamento liberal dos economistas do Rio de Janeiro deu o tom do primeiro governo no período dos generais. Disponível em:

http://www.terra.com.br/istoedinheiro/342/economia/342_crescimento_fachada.htm. Acesso em: 20 nov. 2007.

FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. C. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. Disponível em: www.ic.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/governo_lula..._sep2004.pdf. Acesso em: 20 nov. 2007.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.

GIAMBIAGI, F. et al (Orgs.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

IBGE. Índice nacional de preços 2004-2005. SIDRA: Rio de Janeiro, 2006.

_____. Meta de taxa de juros 2004-2005. SIDRA: Rio de Janeiro, 2006.

MATESCO, V. R. Economia. Disponível em: www.midiaindependente.org/media/2007/11/401830.pdf. Acesso em: 20 nov. 2007.

MEHL, T. G. A evolução do planejamento regional no Brasil. 2002. Disponível em: www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2308201122259375Artigo_04.pdf. Acesso em: 20 nov. 2007.

MIRANDA, B. P. J. de. Hiato fiscal e o crescimento econômico: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1980 a 2000. 2003. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/3719/bernardo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 nov. 2007.

MOREIRA, E. M. Política monetária: os juros continuam altos no primeiro semestre de 2003. 2003. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/201/250. Acesso em: 27 nov. 2007.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.) Economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PINHEIRO, V. C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/141/143>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SÁ, L. F. 2004. Crescimento de fachada: ambiente econômico da era militar

teve bons índices e métodos obscuros. Disponível em: http://www.terra.com.br/istoedinheiro/342/economia/342_crescimento_fachada.htm. Acesso em: 20 nov. 2007.

SANTOS JUNIOR, J. A. dos. Industrialização e modelo de substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise comparada. 2004. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia296201>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: Desenvolvimento capitalista do Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1.

SILVA, H. C. M. da. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a03v46n1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SILVA, S. B. da. O Brasil de JK. [s.d.]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. Acesso em: 21 nov. 2007.

Currículo da autora

Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira Sá é mestra em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com Dissertação defendida sobre: A competitividade do complexo citrícola brasileiro. É professora assistente da Universidade Federal do Amazonas desde julho de 1994, onde leciona Contabilidade Social, Macroeconomia, Economia Agrícola, Economia Agroindustrial, Técnicas de Pesquisa em Economia, além de orientação de trabalhos de conclusão de curso.